



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO

REQUERIMENTO Nº DE 2012 (do Sr. Fernando Francischini)

Solicita a realização de Audiência Pública com a presença dos representantes das entidades de classe da Polícia Federal e dos Ministérios da Justiça e do Planejamento para prestar esclarecimentos acerca da greve da Polícia Federal.

Senhor Presidente:

Requeiro que V. Exa., com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a presença de representantes das entidades de classe de Polícia Federal e dos Ministérios da Justiça e do Planejamento, para se discutir a greve dos agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal e o fim das negociações por parte do governo federal.

JUSTIFICAÇÃO

As categorias de agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal permanecem em greve há mais de três meses, sem perspectiva de negociação, causando um prejuízo inestimável para a sociedade brasileira.

A paralisação tem reflexos diretos nas investigações de crimes complexos como o tráfico de drogas, o contrabando, tráfico de pessoas, etc... na emissão de passaportes, no controle de produtos químicos e, principalmente na fiscalização das fronteiras, portos e aeroportos do país.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO

O governo federal decidiu unilateralmente ofertar um índice unificado de 15,8% para todas as carreiras do Executivo, Legislativo e Judiciário. O processo foi comandado exclusivamente pela área econômica e Presidência da República, sem nenhuma interferência do Ministério da Justiça no tocante à Polícia Federal e, como não foi eficiente para resolver o problema, deve ser debatido por esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado no intuito de tentar solucionar a questão.

A realização da Audiência Pública que ora requeremos é de fundamental importância não apenas para uma eventual composição entre o governo e os policiais bem como para discutir e minimizar os efeitos da paralisação.

Sala das Comissões, de de 2012

Deputado Fernando Francischini
PEN/PR